

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.595, DE 2019, DO SR. VITOR HUGO, QUE "DISPÕE SOBRE AS AÇÕES CONTRA TERRORISTAS, ALTERA AS LEIS Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, E Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1.999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

PROJETO DE LEI Nº 1.995, DE 2019

Dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências.

Autor: Deputado MAJOR VITOR

Relator: Deputado SANDERSON

Em razão de sugestões recebidas de nossos Pares e em razão de erros detectados no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.995, de 2019, faz-se necessário proceder às seguintes alterações no Substitutivo anteriormente apresentado:

1ª) Art. 1º, *in fine* - acresça-se a expressão “respeitadas as atribuições previstas nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal.”;

2ª) Art. 4º, alínea “b”, *in fine* - acresça-se a expressão “e dos órgãos policiais de que tratam o inciso IV do art. 51 e o inciso XIII do art. 52, ambos da Constituição Federal;”

3ª) Art. 9º, inciso II – acresça-se a expressão “por equipes de órgãos policiais” após a expressão “Forçar Armadas”;

4ª) Art. 12, *caput* – substitua-se a expressão “nos termos do art. 23” pela expressão “nos termos do art. 22”;

5ª) Art. 13, inciso III – substitua-se a palavra “adversa” pela palavra “diversa”;



6ª) Art. 15, inciso I – acresça-se a expressão “atendendo as atribuições legais em sistema integrado de comando e controle de incidente,” após a expressão “sempre que possível”;

7ª) Art. 20, *in fine* - acresça-se a expressão “ainda que em coordenação com órgãos civis, será comandado pela Autoridade Militar Contraterrorista, a qual será designada pelas Forças Armadas.” após a expressão “9 de junho de 1999”;

8ª) Art. 22, inciso II – dê-se a seguinte nova redação ao inciso II do art. 22: “II - as atribuições legais da Polícia Federal para proceder à correspondente investigação, bem como promover as representações de que tratam a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

9ª) Art. 22 – inclua-se o seguinte novo inciso III, renumerando-se o atual inciso III como inciso IV: “III – as atribuições da autoridade militar, prevista no Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar, para proceder à correspondente investigação, bem como promover as representações de que tratam a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016; e”

10ª) Art. 23, XI – suprima-se a expressão “da última classe da Carreira Policial Federal”;

11ª) Capítulo VI (arts. 24 e 25) – suprima-se o Capítulo VI e em consequência, os arts. 24 e 25, renumerando-se os demais artigos.

12ª) Art. 27 (renumerado como art. 25), § 1º, inciso II – substitua-se a expressão “integrantes de segurança pública” pela expressão “integrantes dos órgãos policiais ou de segurança pública”;

13ª) Art. 29 (renumerado como art. 27), parágrafo único – suprima-se a expressão “ainda que possam ser utilizados para legitimar eventual notícia-crime”;

14ª) Art. 29 (renumerado como art. 27), parágrafo único, *in fine* – substitua-se a expressão “inciso VII do art. 22” pela expressão “inciso VII do art. 23”;

15ª) Art. 32 (renumerado como art. 30) – substitua-se a expressão “O art. 7º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1.999 (Lei de Acesso à Informação – LAI)” pela



expressão “O art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)”;

16ª) Último artigo do Substitutivo – renumere-se como art. 31 por estar com o mesmo número do artigo que imediatamente lhe antecede e pela renumeração que foi feita a partir da supressão dos arts. 24 e 25.

17ª) Art. 23, § 2º, inciso V – suprima-se a expressão “com características terroristas”; acresça-se a expressão “enquadrado como ato de terrorismo na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016” após a expressão “ato hostil”;

18ª) Art. 32 (renumerado como art. 31) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 31 . O art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2.011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

Art. 7º.....

§ 7º As autoridades responsáveis pela tomada de decisão sobre as ações contraterroristas terão acesso irrestrito às informações de infraestrutura e a informações classificadas como sigilosas que sejam críticas para o sucesso dessas ações.

§ 8º Serão responsabilizadas as autoridades que, de posse das informações referidas no § 7º, fizerem uso indevido das mesmas.”

19ª) Art. 9º, inciso III – suprima-se a expressão “no seio da defesa nacional ou da segurança pública, respectivamente,”

20ª) Art. 14, parágrafo único – substitua-se a expressão “O SNC coordenará” pela expressão “O SNC orientará”.

21ª) Art. 18 – acresçam-se os seguintes incisos XI e XII ao art. 18:

Art. 18 (..)

XI – na manutenção do material especializado já existente e adquirido utilizados nas ações contraterroristas; e



XII – os recursos alocados pelo Governo para a implementação da PNC não serão remanejados do orçamento das Forças Armadas”

22ª) Art. 5º, inciso XI – passa a vigorar com a seguinte redação: “XI – o aumento das medidas estatais de fiscalização do contrabando de armas e munições de uso militar ou proibido, explosivos, substâncias químicas e outros produtos controlados que tenham por finalidade fomentar as atividades combatidas em regulamento;”

23ª) Art. 12, § 1º - suprima-se a expressão “no prazo máximo de 6 (seis) horas”; inclua-se a palavra “imediatamente” após a palavra “proferir”;

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, compatibilidade e adequação orçamentária-financeira e, no MÉRITO, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, na forma de novo Substitutivo com as alterações consignadas nesta Complementação de Voto contemplando as sugestões e correções.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado SANDERSON
Relator

